

Reativação da Faixa Nobre está trancada na Câmara

Alegando falta de informações, vereadores se negam a votar lei que permitiria retomar cobrança pelo estacionamento

■ Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

O projeto de lei que permite ao Município dar os primeiros passos para a reativação do estacionamento rotativo pago está nas gavetas da Câmara de Vereadores há quatro meses. A matéria deu entrada no Legislativo em novembro do ano passado, mas a tramitação foi suspensa porque o Executivo ainda não encaminhou respostas a alguns questionamentos feitos pelo Legislativo. Enquanto isso, motoristas são prejudicados pela falta de espaço para deixar os veículos e os comerciantes reclamam da fuga dos clientes pelo mesmo motivo.

Pelo texto em análise na Câmara, haverá uma concorrência pública para escolha da empresa ou entidade que fará a exploração do serviço. Será vencedora aquela que oferecer a maior con-

tem que ocorrerá a cobrança e os valores a serem pagos pelos usuários. Alguns consideram a redação vaga e acreditam que estariam assinando uma espécie de “cheque em branco”.

O secretário municipal de Obras Públicas, Edar Borges Machado, prometeu esclarecer alguns pontos ainda esta semana, mas lembra que certas definições a própria Administração ainda não possui. Por exemplo, sobre

a forma de cobrança. “Ainda não sabemos se ocorrerá através de parquímetros ou por meio de pessoas contratadas pela concessionária”, explica. Pessoalmente, Borges considera a instalação de parquímetros um problema, já que as máquinas terão de ocupar um espaço importante nas calçadas.

Paralelamente à implantação da Faixa Nobre, o secretário quer dar andamento à criação da guarda de trânsito. Considera importante que haja uma fiscalização mais forte sobre as infrações e o não pagamento da Faixa Nobre. “Podemos até começar a cobrança do estacionamento com o apoio da Brigada Militar, mas as dificuldades de pessoal e a falta de meios são notórias. A Brigada está sobrecarregada e precisa priorizar a prevenção ao crime”, acrescenta Borges.

A Administração Municipal de Obras explica que a autorização legislativa é o primeiro passo para definir as características do novo serviço. “Os detalhes, como a localização da Faixa Nobre, os valores e a forma como será feita a cobrança e a fiscalização são atribuições exclusivas do Executivo, que os fixará por decreto”, explica. “A preocupação deles é louvável, mas não pode constituir ingerência indevida no Executivo”, conclui.



HOJE, no Centro, existe espaço para cerca de 1.200 veículos estacionados

A dificuldade de estacionar na área central de Montenegro não se deve apenas ao fim da Faixa Nobre. Está relacionada, também, à grande concentração do comércio em poucas ruas e, principalmente, ao expressivo crescimento da frota de veícu-

los da cidade nos últimos anos. Somente em 2015, de janeiro a setembro, foram emplacados 1.075 carros novos no município. De 2007 até agora, o incremento foi de 50,4%, o que representa 13.598 veículos a mais nas ruas. Confira a evolução:

Ano	Frota	2011	33.556
2007	26.821	2012	35.456
2008	28.665	2013	37.382
2009	29.910	2014	39.344
2010	31.476	2015	40.419

SAIBA MAIS

- A cobrança pelo estacionamento nas ruas centrais foi desativada em 24 de setembro de 2014. O serviço estava a cargo da Sociedade Beneficente Espiritualista, entidade mantenedora do Lar do Menor, que o abandonou porque se tornou deficitário. A falta de punição aos motoristas que se negavam a pagar a taxa fazia com que muita gente simplesmente não respeitasse a norma.

- O projeto de lei enviado à Câmara em novembro do ano passado autoriza o Município a “conceder” o serviço a terceiros em troca de uma fatia do que for arrecadado. A matéria está na Comissão Geral de Pareceres.

- Desde 1998, quando foi promulgado o novo Código de Trânsito Brasileiro, as prefeituras passaram a ser responsáveis pela gestão

o dia todo parado em frente a uma loja, ocupando a vaga e afugentando os demais consumidores, que não encontram espaço para estacionar.

- No fim do ano passado, a Prefeitura fez, pela primeira vez, um mapeamento do perímetro urbano para identificar todos os locais delimitados para carga e descarga de mercadorias, vagas para deficientes e idosos. Hoje, na região central, é possível estacionar em torno de 1.200 carros. Pelo menos 10% destes espaços (120) serão destinados a pessoas com mais de 60 anos e a portadores de necessidades especiais.

- A legislação em estudo prevê isenção apenas para veículos oficiais identificados com placa branca e carros de emergência, como ambulâncias. Nas vagas reservadas a carga e descarga, a cobran-

uso das vagas de estacionamento. No mesmo ano, foi promulgada a primeira lei municipal com este objetivo, acompanhada de decretos fixando os valores e estabelecendo os trechos monitorados.

- A Administração faz questão de ressaltar que não se trata de uma medida arrecadatória. A cobrança visa apenas aumentar a circulação dos veículos, impedindo que um mesmo carro passe

- Nem o Município e nem a concessionária do estacionamento rotativo pago serão responsáveis por perdas e danos decorrentes de acidentes ou furtos de veículos na Faixa Nobre. A cobrança é apenas pela permanência do carro na vaga que ocupar.

- A colocação de caçambas de teleentulho e materiais de obras, como tijolos, areia e brita, nas vagas destinadas ao estacionamento rotativo pago, implicará em cobrança.